



**Ivan Vale de Sousa
(Organizador)**

**A Produção do Conhecimento
nas Letras, Linguísticas e Artes**

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Letras,
Linguísticas e Artes

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas letras, linguísticas e artes [recurso eletrônico] / Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-228-9

DOI 10.22533/at.ed.289190204

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Artes.
3. Letras. 4. Linguística. I. Sousa, Ivan Vale de.

CDD 407

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Como o conhecimento é produzido? Onde se produzem conhecimentos? Qual a necessidade de produzi-los? Por que produzir conhecimentos na sociedade contemporânea? Quem são os autores que produzem os mais variados conhecimentos? Quais áreas do conhecimento são as responsáveis pela construção do próprio conhecimento? Responder todas essas questões significa propor uma reflexão discursiva e ampla.

O conhecimento é construído como propostas capazes de transformar as experiências dos sujeitos na sociedade. Produz-se conhecimentos nas academias, nas escolas e nos espaços não formais de ensino, porque a constituição do conhecimento estabelece-se com as propostas de letramento. A justificativa de produzir conhecimentos na sociedade contemporânea parte da necessidade de comunicação dos sujeitos com seus semelhantes.

Os falantes de Língua Materna são os responsáveis, autores e protagonistas na produção de conhecimentos, por isso não existe uma única área específica em que a formulação da ciência é estruturada, problematizada e proposta como ação reflexiva.

Esta Coleção traz ao leitor diferentes trabalhos das mais diversas áreas e estéticas. São trinta trabalhos que têm a finalidade de inserir os leitores nos mundos revelados por cada texto, porque cada textualidade é única, mas, ao mesmo tempo, plural por tornarem habitados os espaços comunicativos e interativos do texto como eventos de comunicação entre produtores, leitores e interlocutores.

A finalidade do primeiro capítulo enfoca um estudo do neologismo, demonstrando os neologismos criados como empréstimos linguísticos em diversas áreas. No segundo capítulo, as autoras discutem a organização das práticas de ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio do Instituto Federal de Goiás à luz das propostas da Base Nacional Comum Curricular. No terceiro capítulo, a autora apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado realizada em 2014 sobre a consciência fonológica e os possíveis benefícios para o ensino-aprendizagem de língua espanhola.

A discussão do quarto capítulo traz à tona as contribuições de Mikhail Bakhtin no ensino da linguagem, fazendo um breve passeio pelo Círculo de Bakhtin, demonstrando as fronteiras discursivas no trabalho com a linguagem. No quinto capítulo um estudo lexical de uma temática instigante é discutido. No sexto capítulo, a autora propõe um estudo investigativo a partir do gênero textual *charge* como proposta discursiva na rede social *facebook*.

No sétimo capítulo, as autoras discutem a leitura e a produção de inferências nas provas de Língua Portuguesa do Processo Seletivo de Avaliação Seriada de uma instituição federal mineira, analisando, sobretudo, a desenvoltura dos candidatos. No oitavo capítulo o ensino de língua, literatura e cultura parte da utilização do gênero textual *crônica* como instrumento de ensino e aprendizagem. O nono capítulo traz os resultados sobre a intertextualidade explícita a partir da utilização e discussão dos

verbos *dicendi*.

No décimo capítulo, a autora examina alguns casos em que a transmídia fora utilizada por editoras brasileiras como ferramenta de criação de mídias suplementares aos livros produzidos. No décimo primeiro capítulo analisa-se o modo como a leitura é realizada pelo leitor, observando quais são os fatores determinantes para a interpretação e a compreensão de tirinhas na concepção pragmática. No décimo segundo capítulo é apresentada uma pesquisa em andamento que enfoca o estudo do léxico empregado nos livros didáticos de Português como Língua Adicional.

No décimo terceiro capítulo, as autoras ocupam-se em analisar a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular, mais precisamente do estudo do componente de Língua Portuguesa e de como a Literatura integra a referida versão do documento. No décimo quarto capítulo, os autores investigam as práticas situadas de letramento na elaboração do procedimento sequência didática por professores do ciclo de alfabetização, inseridos no Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa. No décimo quinto capítulo, dois motivos são apresentados pelo autor no que se refere às políticas linguísticas e na promoção do processo de ensino-aprendizagem de línguas para fins acadêmicos no Brasil.

No décimo sexto capítulo são relatados experiências e desafios da criação de um curso de Português – Língua Estrangeira, em Dar es Salaam, na Tanzânia. No décimo sétimo capítulo, as autoras trazem à discussão uma experiência de utilização de textos literários de autores brasileiros e latino-americanos, como Machado de Assis, Gabriel Garcia Márquez e outros no processo de ensino. O décimo oitavo capítulo discute a propriedade da literatura de relativizar muitos dos conhecimentos pragmáticos formadores dos indivíduos por meio do imaginário, o que possibilita ao leitor desenvolver, de maneira reflexiva, a subjetividade.

No décimo nono capítulo, a autora estuda textos literários multimodais como viés de contribuição e de compreensão das possibilidades interpretativas. No vigésimo capítulo, os autores apresentam esforços investigativos parciais no campo da filosofia da linguagem, na perspectiva de uma abordagem bakhtiniana. Já no vigésimo primeiro capítulo há a realização reflexiva acerca da literatura que trata das questões discutidas em toda a reflexão.

No vigésimo segundo capítulo, a autora analisa registros linguísticos em túmulos e lápides das línguas eslavas, polônês e ucraniano, faladas no interior do Paraná na relação com a identidade étnica dos descendentes de imigrantes eslavos. No vigésimo terceiro capítulo são averiguadas questões inseridas no âmbito da dublagem/legendagem que surgiram em consequência do processo de tradução audiovisual do objeto deste estudo. No vigésimo quarto capítulo, a autora discute algumas ideologias linguísticas presentes em comunidades de Prudentópolis sobre as línguas portuguesas e ucranianas.

No vigésimo quinto capítulo, as autoras debatem um texto de Jean Paul Bronckart, da Universidade de Genebra. No vigésimo sexto capítulo, a autora estuda a carta

rogatória como linha tênue na tradução entre o Português Brasileiro e o Italiano. No vigésimo sétimo capítulo, as autoras discorrem sobre a linguagem cinematográfica e as Línguas de Sinais promovendo um paralelo entre a Cultura Surda e o gênero *cinema* como artefato cultural.

No vigésimo oitavo capítulo, a autora discute os processos de criação e produção das imagens em processo de ensino e aprendizagem nas escolas de educação básica, considerando-se, com base na abordagem histórico-cultural do desenvolvimento humano. No vigésimo nono capítulo são estudadas as estratégias de tratamento da afasia sob a perspectiva da neurolinguística discursiva e, no trigésimo e último capítulo da coletânea, os autores apresentam reflexões sobre o trabalho “Disponíveis”, ou seja, um conjunto de fotografias e vídeos em que se nota uma sequência de *outdoors* obsoletos presente ao longo de uma rodovia que liga as três cidades: Brasília – Distrito Federal, Alexânia e Anápolis – Goiás.

Todas as reflexões propostas no primeiro volume desta coletânea cumprem a finalidade de ensinar, comunicar e propor a interação dos sujeitos, na função de leitores e interlocutores dos textos. Assim, os votos direcionados aos investigadores desta Coleção são de que consigam ampliar os saberes e a partir deles estabeleçam as conexões comunicativas necessárias no exercício cidadão e linguístico das ciências da linguagem.

Ivan Vale de Sousa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FORMAÇÃO DE NOVAS UNIDADES LEXICAIS: NEOLOGISMOS	
Hendy Barbosa Santos	
Francisca Jacyara Matos de Alencar	
Elayne Sared da Silva Morais	
DOI 10.22533/at.ed.2891902041	
CAPÍTULO 2	9
ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA	
Aline Rezende Belo Alves	
Jane Faquinelli	
DOI 10.22533/at.ed.2891902042	
CAPÍTULO 3	18
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	
Fabiana Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2891902043	
CAPÍTULO 4	34
BAKHTIN NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E NO ENSINO DA LINGUAGEM	
Ivan Vale de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.2891902044	
CAPÍTULO 5	47
ESTUDO LEXICAL DE UM PROCESSO CRIME DE ESTUPRO DO INÍCIO DO SÉCULO XX – 1911	
Claudice Ferreira Santos	
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.2891902045	
CAPÍTULO 6	54
LEITURA DE CHARGES E DISCURSOS JUVENIS: UMA ABORDAGEM SOBRE CIDADANIA NO FACEBOOK	
Edilaine Gonçalves Ferreira de Toledo	
DOI 10.22533/at.ed.2891902046	
CAPÍTULO 7	66
LEITURA E PRODUÇÃO DE INFERÊNCIAS EM PROCESSOS SELETIVOS DE AVALIAÇÃO SERIADA	
Claudia Alves Pereira Braga	
Mauriceia Silva de Paula Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.2891902047	
CAPÍTULO 8	76
LITERATURA BRASILEIRA COMO INTERAÇÃO NO ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA	
Maria José Nélo	
DOI 10.22533/at.ed.2891902048	

CAPÍTULO 9	89
O PAPEL DOS VERBOS DICENDI NA CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA: PONTOS DE UM <i>CONTINUUM</i> ARGUMENTATIVO	
Alcione Tereza Corbari Quézia Cavalheiro M. Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.2891902049	
CAPÍTULO 10	101
O USO DA TRANSMÍDIA POR EDITORAS BRASILEIRAS: ALGUNS PROJETOS EDITORIAIS	
Camila Augusta Pires de Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.28919020410	
CAPÍTULO 11	110
TIRINHAS: LEITURA, INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO, SEGUNDO O MODELO PRAGMÁTICO	
Onici Claro Flôres Silvana da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.28919020411	
CAPÍTULO 12	124
VERIFICAÇÃO DE FREQUÊNCIA LEXICOLÓGICA PARA A CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ADICIONAL	
Maryelle Joelma Cordeiro Carlos Antônio de Souza Perini	
DOI 10.22533/at.ed.28919020412	
CAPÍTULO 13	136
O CURRÍCULO PROPOSTO NA BNCC E A FORMAÇÃO EM LETRAS	
Taíse Neves Possani Elisa Isabel Schäffel	
DOI 10.22533/at.ed.28919020413	
CAPÍTULO 14	145
O USO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS POR PROFESSORES ALFABETIZADORES EM PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA: ANÁLISE E DISCUSSÃO	
Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti Rosiene Omena Bispo	
DOI 10.22533/at.ed.28919020414	
CAPÍTULO 15	154
POLÍTICAS LINGUÍSTICAS BRASILEIRAS E LÍNGUAS PARA FINS ACADÊMICOS: UMA BREVE ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DOIS PROGRAMAS NACIONAIS	
Pedro Paulo Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28919020415	
CAPÍTULO 16	165
A FORMAÇÃO DE UM CURSO DE PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA NA TANZÂNIA: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS	
Jean Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.28919020416	

CAPÍTULO 17	174
A LEITURA LITERÁRIA COMO PRÁTICA DE ENSINO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR	
Maria Aparecida de Castro	
Maria Aparecida Rodrigues de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.28919020417	
CAPÍTULO 18	185
A LEITURA LITERÁRIA NA AFIRMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE	
Simone Aparecida Botega	
Andréa Portolomeos	
DOI 10.22533/at.ed.28919020418	
CAPÍTULO 19	192
A LITERATURA INFANTIL EM DIFERENTES SUPORTES: POSICIONANDO LEITORES E ESPECTADORES E GERANDO POSSIBILIDADES INTERPRETATIVAS	
Verônica Coitinho Constanty	
DOI 10.22533/at.ed.28919020419	
CAPÍTULO 20	210
A PALAVRA E A RELAÇÃO EU/OUTRO NA PRODUÇÃO DO SABER	
Antônio Matosinho de Sousa Júnior	
Alessandra Pereira Carneiro Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.28919020420	
CAPÍTULO 21	218
A MEMÓRIA DE TRABALHO E SEU PAPEL NA APRENDIZAGEM, EM ESPECIAL, DA LEITURA	
Lidiomar José Mascarello	
DOI 10.22533/at.ed.28919020421	
CAPÍTULO 22	230
A VOZ DO SILÊNCIO: REGISTRO DE LÍNGUAS ESLAVAS EM CEMITÉRIOS NO INTERIOR DO PARANÁ	
Luciane Trennephol Da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.28919020422	
CAPÍTULO 23	244
A TRADUÇÃO DAS ONOMATOPEIAS EM <i>SANZOKU NO MUSUME</i> , <i>RONJA</i> : MUITO ALÉM DO TIC-TAC	
Gisele Tyba Mayrink Redondo Orgado	
Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão	
DOI 10.22533/at.ed.28919020423	
CAPÍTULO 24	257
AS IDEOLOGIAS LINGÜÍSTICAS PRESENTES NOS USOS DA LÍNGUA UCRANIANA NA CIDADE DE PRUDENTÓPOLIS - PR	
Vanessa Makohin Costa Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.28919020424	

CAPÍTULO 25	267
BREVE DEBATE ACERCA DO QUADRO EPISTEMOLÓGICO SOBRE A ATIVIDADE DE LINGUAGEM DE BRONCKART	
Érika Christina Kohle	
Stela Miller	
DOI 10.22533/at.ed.28919020425	
CAPÍTULO 26	280
CARTA ROGATÓRIA: A TÊNUE LINHA TRADUTÓRIA ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O ITALIANO	
Karla Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.28919020426	
CAPÍTULO 27	291
CINEMA SURDO COMO ARTEFATO CULTURAL: LINGUAGEM CINEMATOGRAFICA E LÍNGUA DE SINAIS	
Halyne Czmola	
Kelly Priscilla Cezar Lóddo	
DOI 10.22533/at.ed.28919020427	
CAPÍTULO 28	305
CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE IMAGENS NOS CONTEXTOS ESCOLARES DO SÉCULO XXI	
Rosana de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.28919020428	
CAPÍTULO 29	315
DE QUE MODO A NEUROLINGUÍSTICA DISCURSIVA PODE CONTRIBUIR PARA O TRATAMENTO DA AFASIA	
Maristela Schleicher Silveira	
Maíra da Silva Gomes	
Maica Frielink Immich	
DOI 10.22533/at.ed.28919020429	
CAPÍTULO 30	324
DESLOCAMENTO, ENTROPIA E FOTOGRAFIA: REFLEXÕES A CERCA DE “DISPONÍVEIS”	
Pedro Emmanuel Assis Lara Lacerda	
Vicente Martínez Barrios	
DOI 10.22533/at.ed.28919020430	
SOBRE O ORGANIZADOR	335

ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE REFLEXIVA

Aline Rezende Belo Alves

Instituto Federal de Goiás
Departamento de áreas acadêmicas
Senador Canedo – Goiás

Jane Faquinelli

Instituto Federal de Goiás
Departamento de áreas acadêmicas
Senador Canedo – Goiás

RESUMO: O objetivo geral desse artigo é discutir a organização das práticas de ensino da Língua Portuguesa (LP/EM) no Ensino Médio do IFG - Senador Canedo partindo da fragmentação da disciplina pelo livro didático (LD) e comparando com as propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Realizada no primeiro semestre de 2018, esta pesquisa é uma Análise Documental realizada sob a luz da Análise do Discurso de Linha Francesa. Bakhtin (1999, 2011), Pêcheux (2006) e Foucault (2003, 2008) entre outros, fornecem subsídio teórico. Sob a percepção de que texto é a materialização do discurso, o LD Português: Contexto, interlocução e sentido (M. L. M. ABAURRE, M. B. M. ABAURRE, M. PONTANARA, 2016) e a BNCC (2018) são documentos constituintes do corpus analisado. Considerando as condições de produção dos textos e as funções enunciativas envolvidas no

processo de interlocução entre as vozes oficiais do governo e ambiente escolar. O LD revelou-se como objeto discursivo sócio historicamente constituído atravessado por discursos diversos, material de apoio, fonte de pesquisa e dispositivo de controle a serviço do poder do estado sobre as práticas escolares. A BNCC atualiza o discurso oficial definindo as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes mesmo o documento propondo-se apenas a orientar a (re) definição de currículos e propostas pedagógicas que devem ser construídos por cada rede de ensino e/ou escola e deixando facultado à escola a sequência e seriação dos conteúdos necessários para adotar e desenvolver práticas de leitura, escuta, produção de textos e análise linguística e semiótica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Língua Portuguesa. Discurso. BNCC. Livro Didático.

ABSTRACT: The main goal of this article is to discuss the organization of the teaching practices of the Portuguese Language in IFG - Senador Canedo in High School level. starting from the fragmentation of the discipline by the textbook and comparing with the proposals of the *BNCC* (National Curricular Common Base) Held in the first half of 2018, this research is a Document Analysis carried out under the French Line Discourse Analysis theory. Bakhtin (1999, 2011), Pêcheux (2006) and Foucault (2003,

2008), among others, provide theoretical support. Under the perception that text is the materialization of the discourse, the textbook, *Português: Contexto, interlocução e sentido* (M. L. M. ABAURRE, M. B. M. ABAURRE, M. PONTANARA, 2016) and the BNCC (2018) are the documents that constitutes the corpus analyzed. Considering the conditions production conditions of the texts and the enunciative functions involved in the interlocution process between the official voices of the government and the school environment, the textbook was revealed as a discursive object historically constituted and crossed by a diversity of discourses, support, source of research and a powerful state control device on the scholastic practices. The BNCC updates the official discourse defining the essential learning to be guaranteed to the students even though the document proposes only to guide the (re) definition of curricula and pedagogical proposals that should be built by each school and / or school network. The sequence and serialization of the contents necessary to adopt and develop reading, listening, text production and linguistic and semiotic analysis is due to the school.

KEYWORDS: Teaching. Portuguese language. Speech. BNCC. Textbook.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados da Análise Documental realizada sob a luz da Análise do Discurso de Linha Francesa, com o objetivo de discutir a organização das práticas de ensino da Língua Portuguesa (LP/EM) no Ensino Médio partindo da fragmentação da disciplina pelo livro didático (LD) e comparando com as propostas da Base Nacional Comum Curricular- BNCC - 2018. Realizada no primeiro semestre de 2018, esta pesquisa utiliza-se das reflexões teóricas de Bakhtin (1999, 2011), Foucault (2003, 2008). Pêcheux (2006) e Travaglia (2005) entre outros como base epistemológica. O Corpus a ser analisado é composto por dois textos: o LD adotado pelo Instituto Federal de Goiás, Câmpus Senador Canedo, da coleção *Português: Contexto, interlocução e sentido* (M. L. M. ABAURRE, M. B. M. ABAURRE, M. PONTANARA, 2016) e a BNCC (2018).

A fragmentação da disciplina de Língua Portuguesa (LP) é claramente evidenciada ao se refletir a respeito das formas que práticas de ensino de língua materna, estruturadas a partir das bases: gramática, leitura, redação, vocabulário (segundo Travaglia, 2005) e, ainda, Literatura. Essas bases estão presentes tanto na formação de professores de língua materna como na amplitude das ementas dessa disciplina nas mais diversas instituições de ensino médio do país que optam por dividi-las em diferentes disciplinas: Literatura, Redação e Português. No entanto, a concepção de ensino de LP com conteúdos integrados é base de estudos e pesquisas de muitos autores no contexto brasileiro. Como será visto ao longo deste artigo, essa forma de ensino coaduna também com a visão dos últimos documentos “construídos” via MEC, inclusive a BNCC, a qual é foco de nosso estudo.

Para analisar e aprofundar a análise do corpus e as discussões comparativas a

respeito da organização das práticas de ensino da LP/EM propostas LD e BNCC alguns preceitos teóricos básicos, nos quais as considerações são ancoradas, tais como, a compreensão conceitual de texto, discurso, condições de produção são retomados inicialmente. Em seguida, é feita a análise discursiva do corpus que permite descrever e comparar os enunciados considerando as funções enunciativas envolvidas na enunciação e as condições de produção dos dois enunciados constituintes do corpus.

TEXTO, DISCURSO, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E FUNÇÕES ENUNCIATIVAS

O termo **texto** aqui se refere a um evento interativo que aciona o conhecimento pré-construído pelo leitor, em um processo de coprodução (coautoria em vários níveis). O termo texto interessa, aqui, como materialização do discurso constituído por várias vozes, não podendo ser reduzido à sua materialidade linguística. Daí ao conceituar **discurso**, não se pode compreendê-lo apenas como a unidade que ultrapassa a frase, nem como a expressão verbal da linguagem. Faz-se necessário partir da dimensão bakhtiniana, para a qual o discurso não é individual, mas sim uma produção resultante da relação com outros discursos e entre sujeitos (BAKHTIN, 1999).

Para Bakhtin, o **discurso** é construído por meio de um processo que envolve a compreensão e a capacidade responsiva dos sujeitos em constante relação com as estruturas sociais e é de natureza dialógica, pois um se constitui por meio do outro, absorve os dizeres sociais. O discurso faz surgir sentidos em uma situação de enunciação por meio da linguagem, que é dialógica considerando as funções exercidas pelos participantes da enunciação. O sujeito, por sua vez, é constituído pelas condições sociais, entrecruzadas por diversas vozes que enunciam e traduzem valores do cotidiano (ideologia), estabelece relação entre o sujeito e o contexto sócio histórico, constitui sentido e possibilita a discursividade do texto determinando assim, na concepção de Pêcheux (2006), suas condições de produção.

A importância do pré-construído, o reconhecimento da formação discursiva a que se filia e em que condições que um texto foi produzido e enunciado são determinantes para a sua leitura e interpretação. Portanto, é necessário que seja observado quem é o enunciatário, qual sua função social e a que sistema de regularidades e dispersões ele se filia. Somente considerando esses aspectos, o enunciatário será capaz de atualizar o significado do enunciado. A formação discursiva a que o leitor e o autor do texto pertencem determinará o significado do texto como um todo permitindo perceber a polifonia em um texto.

A presença de várias vozes sociais, polifonia, em um mesmo texto faz a prática de leitura discursiva tornar-se necessária, a fim de compreender os discursos que estão sendo enunciados e definidos pelo “diálogo”, seja entre os interlocutores, seja com outros textos, independentemente da linguagem utilizada. Abordar um texto discursivamente, e não linguisticamente, faz transparecer outras vozes, tanto de outros

textos quanto de outras funções enunciativas, que o atravessam. Além da percepção das vozes que atravessam e compõem texto, a leitura discursiva ainda permite a compreensão de que interpretação e a significação do texto contam com a capacidade de expressão e interpretação dos interlocutores, enunciador e enunciatário e que este é a materialização de um discurso por meio de um enunciado.

HISTORICIDADE E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO CORPUS: LIVRO DIDÁTICO E DA BASE CURRICULAR NACIONAL

Entender as condições de produção do corpus, que tem por finalidade padronizar o trabalho educacional no país é extremamente importante, pois, ajuda a compreender a ideologia circulante de maneira crítica e pertinente, contribuindo para a reflexão acerca da construção de cidadãos ativos e críticos e para a formação integral de nossas crianças e jovens.

Um olhar mais atento para o LD permite observar que nele está contida a forma de uma cultura de olhar para a sociedade e os eventos que nela se dão. A escolha dos conteúdos e a forma de apresentá-los não são feitas aleatoriamente. Há uma lógica que obedece aos discursos que atravessam a sociedade para qual ele foi produzido. Dentre esses discursos, destacam-se os discursos editoriais, comerciais e educacionais, por ser um objeto a ser produzido e comercializado pelas editoras para ser consumido no ambiente escolar (ALVES, 2016).

A existência e uso do **Livro Didático**, primeiro texto enunciativo componente do corpus, surgiu em resposta a uma demanda social em função de novas condições sócio históricas do ensino no país. O surgimento de uma nova classe social, o professor profissional, além da possibilidade do exercício da profissão traz consigo novas necessidades. Mesmo tendo suas condições de produção iniciais datadas entre as décadas de 50 e 60, é somente na década de 1970 que o LDP se estabelece como é conhecido hoje. É em função da preocupação com a qualidade do ensino e do material adquirido instaurada pelas constantes denúncias, nas pesquisas da década de 80 e início dos anos 90, do século XX, que o governo federal assume o papel de comprador e distribuidor do objeto para as escolas públicas brasileiras por meio do PNLD.

Resultado de todo um processo histórico, o LDP do século XXI é um gênero historicamente datado e que atualmente é visto hoje como um objeto utilitário da sala de aula, produzido com o objetivo de auxiliar o ensino de um determinado componente curricular e construtivamente compostos por diversos gêneros. Anteriormente ao surgimento do LD, até a década de 1950, o ensino era feito com auxílio de materiais de apoio apenas. No caso de LP, o ensino era feito por meio de cartilhas, livros de leituras, seletas, antologias e as gramáticas que eram escritas por profundos conhecedores da língua formal.

Atualmente, os LDs são produzidos por professores, profissionais com formação acadêmica, assistidos por profissionais da área de editoração que devem seguir orientações dos órgãos oficiais. A sua produção não é feita de forma aleatória. O MEC – Ministério da Educação - órgão regulador responsável pelo ensino no país, estabelece alguns parâmetros e princípios para a produção do livro didático no Brasil por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Disposto na Resolução/CD/ FNFE nº 42, de 28 de agosto de 2012, este programa, além de adquirir e distribuir o LD para todas as escolas públicas brasileiras, é responsável por determinar os princípios norteadores da produção do LD no Brasil.

A associação da produção do material didático à política governamental é evidenciada pela vinculação da produção do LD nacional aos parâmetros estipulados por editais lançados pelo governo para sua adoção e compra. Assim, por meio de documentos que regulamentam o processo de aquisição do LD, o governo federal passa a regular e controlar, ora de forma centralizada, ora de forma parcialmente atribuída a professores universitários (Guias de avaliação), mas sempre está sob a tutela do Estado como normatizador e comprador deste objeto de comércio.

A Base Nacional Comum Curricular, segundo texto enunciado componente do corpus, tem como principal objetivo definir os conhecimentos e as habilidades essenciais que todos os alunos da Educação Básica têm o direito de aprender, da Educação Infantil até o Ensino Médio. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, é enunciada a necessidade de uma BNCC. Desde então, foram executados vários processos de pesquisa, de estudo e de escrita para se chegar a um texto que, atualmente, ainda não está totalmente formatado.

Vários documentos materializam a voz oficial desde 1996: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000), as *Orientações educacionais complementares aos PCN* (2007), as Diretrizes Curriculares que, em 2010, reforçam a necessidade de uma BNCC a define como “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas...” (p. 67). Em 2014, o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005) delimita as diretrizes do ensino de 2014 a 2024. Somente em 2015, o MEC inicia a condução do longo processo de construção da BNCC juntamente com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o apoio do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Desde então, várias versões têm sido elaboradas com a participação das vozes oficiais e pela comunidade acadêmica em uma cooperação dialógica entre as vozes. A primeira versão, produzida entre setembro de 2015 a março de 2016, foi realizada por meio de consulta pública online e recebeu em torno de 12 milhões de contribuições, número esse contestado por algumas pesquisas (Participação e participacionismos na construção da BNCC. Fernando Cássio, 02/12/2017). A segunda versão foi construída por meio de seminários estaduais organizados pelo Consed e Undime e com a

participação de professores, gestores e especialistas, e se materializou em maio/2016. Reuniram-se mais de 9 mil sugestões. A terceira versão, revisada pelo MEC a partir das versões anteriores, foi entregue ao CNE no dia 6 de abril de 2017. A BNCC foi homologada por meio da Portaria nº 1.570 de 21/12/2017, publicada no D.O.U., seção 1, p. 146.

Contudo, o processo de construção da BNCC foi e é objeto de inúmeros debates, reportagens, e também pesquisas que buscam esclarecer as diversas faces da construção desse documento. A última versão da BNCC, Ensino Médio, foi entregue pelo MEC ao CNE somente dia 03/04/2018, após haver profundas alterações nas políticas públicas que envolvem a educação pública no país e investimentos nela feitos.

Desde abril, o documento é alvo de análise e debate entre especialistas e possíveis audiências públicas visando a participação da sociedade na construção da Base, discurso proferido pelo MEC e demais instituições governamentais, autoras e coautoras do referido documento (Dados obtidos por meio de pesquisa em sites diversos: movimento pela base, nova escola, entre outros). Apesar de construído pela participação de um número alto de profissionais apresentando um caráter democrático e participativo da sociedade na formulação e publicação da Base, há discursos contestativos sobre esse fazer, como o da ANPED que, desde o ano de 2015, vem produzindo um conjunto de posicionamentos críticos acerca da proposição de uma BNCC.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

O LDP, inicialmente criado para auxiliar e simplificar a atuação dos professores, quando observado sob um olhar mais atento, permite afirmar que sua essência vai além de um objeto utilitário da sala de aula. A apropriação da concepção da significação Bakhtiniana, aponta para o fato que o LDP é também um signo constituído de um caráter ideológico, fonte de referência e estudo, transmissor de conhecimento e discursos que circulam pela sociedade.

Já no índice do LD analisado fica evidenciado a percepção de que a disciplina LP não é uma, pois seu conteúdo é dividido em três áreas: Literatura, gramática e Produção textual. Na área da “Literatura” a obra desenvolve o fenômeno literário sob uma abordagem historiográfica, prevalecendo a ideia de dependência cultural. Fica perceptível a preocupação em apresentar textos materializados em outros tipos de linguagens, semioses, como a pintura. No entanto, o contato com os textos literários se dá por partes como forma de exemplificar o que foi exposto na teoria, apresentando sempre partes de um todo.

Na parte denominada “Gramática”, exploram-se, várias dimensões discursivas da linguagem e as relações morfossintáticas entre palavras e orações. Em toda a coleção

há a construção de sentidos e os efeitos provocados por diferentes recursos linguísticos, textuais e contextuais. Não há utilização de textos literários na exemplificação dos tópicos gramaticais e não há alusão ao conteúdo literário ou de produção de texto. Os exemplos utilizados tanto para explicação quanto para avaliação da compreensão do conteúdo gramatical são predominantemente textos publicitários, tirinhas ou trechos de revistas. São raros os fragmentos retirados de textos literários.

Na parte “Produção de Texto”, diversos gêneros são trabalhados. Por meio da análise dos gêneros, os tipos de texto são explorados. Há ainda propostas de produção escritas que são antecedidas por explicações e exemplificações dos gêneros com comentários sobre sua estrutura, contexto de circulação, interlocutores previstos. Logo, os textos utilizados como exemplos dificilmente são literários, uma vez que os gêneros trabalhados nesta parte são gêneros com função utilitária. Os gêneros literários são reservados para serem trabalhados na parte de literatura. Portanto, observa-se que o LD divide, didaticamente, o ensino da Língua Portuguesa em três áreas distintas sem a preocupação de integração e inter-relação entre as três áreas.

ABNCC (EM, 2018), no entanto, conforme estabelecido pela LDB, está organizada por áreas de conhecimento que têm por finalidade integrar dois ou mais componentes do currículo ao se buscar compreender e transformar a realidade complexa que se apresenta fora do ambiente escolar, evidenciando a vontade de unicidade não apenas da disciplina LP, mas de todas as disciplinas que trabalham com linguagem. No documento é enunciado que ela não se constitui no currículo, mas define as aprendizagens essenciais a ser garantidas e orienta a (re)elaboração de currículos e propostas pedagógicas, considerando que os sistemas de ensino e as escolas devem construir seus currículos e suas propostas pedagógicas, conforme as necessidades de formação e aspirações dos estudantes de cada região.

Ao apontar a necessidade de integrar dois ou mais componentes do currículo e das diferentes linguagens, sinaliza o oposto à manutenção das divisões de componente curriculares, como é feito no ensino de Língua Portuguesa pelos livros didáticos. Demonstra ainda a preocupação em auxiliar na construção da autonomia do estudante pela utilização de diferentes práticas, não só da Língua portuguesa, mas também de diferentes linguagens simultaneamente, explicitando ainda a necessidade de estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais e no uso criativo das diversas mídias.

Ainda, de acordo com o referido documento, a flexibilidade deve ser tomada como princípio obrigatório e “[c]abe aos sistemas e às escolas adotar a organização curricular que melhor responda aos seus contextos e suas condições: áreas, interáreas, componentes, projetos, centros de interesse etc” (p.470).

A organização integralizadora proposta pela organização do ensino por áreas de conhecimento sinaliza o oposto à criação e manutenção de divisões de componentes curriculares em subáreas. Sem que essa integralização despreze os saberes historicamente construído (Parecer CNE/CP nº 11/2009).

Na realidade, a BNCC ressalta a necessidade de o jovem intensificar sua capacidade intelectual e expressiva de forma condizente com seu grupo social que é marcado por “questionamentos sobre si próprios e seus projetos de vida” e “por contextos culturais e sociais diversos” ampliando “sua participação na vida pública e na produção cultural”, p.473. Em consequência necessitam de habilidades e competências que contribuam para o desenvolvimento de produções que combinem linguagens e diferentes modos de estar juntos requerendo da escola conteúdos necessários para realizar a proposta de adotar e desenvolver práticas de leitura, escuta, produção de textos (orais, escritos, multissemióticos) e análise linguística e semiótica de maneira integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma discussão limitada a algumas páginas mostrou-se insuficiente para apresentar todas as discussões e reflexões necessárias em relação às práticas de ensino da LP/EM no IFG/SC em função das idiossincrasias que envolvem o corpus deste artigo e complexidade do assunto. No entanto, é possível apontar que o LD é um instrumento de capacitação para o exercício de cidadania, escolha e liberdade além de um instrumento de produção de conhecimento e de poder, carregando traços da cultura em que foi produzido e apresentando conhecimentos considerados necessários para o desenvolvimento de um aluno cidadão. No entanto, mesmo tendo assumido um papel social mais abrangente e trabalhando outros códigos de linguagem como a pintura e a fotografia, LDP analisado ainda não consegue tratar a língua portuguesa como uma no processo de ensino aprendizagem, como sugerido pela BNCC.

Este documento não sugere apenas a integração das subáreas da LP, mas também de outros códigos e linguagens. É necessário que o próprio professor constitua relações entre as sub áreas e as linguagens, como é a proposta curricular do IFG- SC que apresenta uma realidade em que a LP-EM deve ser dividida apenas em LP I, II e III, nos três anos do Ensino Médio Integrado Integral. Assim, ensino da disciplina de LP deve engloba todas as subáreas e conteúdos possíveis: gramática, leitura, redação, vocabulário e literatura, como sugerido pela BNCC.

Como apontado por Travaglia, 2005 o ensino de LP com objetivos de “desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor)” à qual “implica duas outras competências: a gramatical ou linguística e a textual” (p. 17). Essas competências traduzem-se na capacidade de manusear a língua adequadamente aos diversos ambientes e contextos de produção em que um usuário pode estar inserido e se inserir ao longo de sua vida familiar e social. Busca-se portanto, produzir, compreender, adequar e distinguir a diversidade de enunciados tratando a LP em sua unicidade, como sugerido tanto no texto da BNCC quanto no currículo do IFG-Câmpus Senador Canedo.

No entanto, a proposta da BNCC parece apontar para a necessidade de uma

maior integralização curricular. Mesmo tendo como prática o ensino de LP sem subdivisões em gramática, literatura e produção textual, como proposto pelo LD adotado, ainda não há um diálogo maior com outros componentes curriculares, exceto com a disciplina história ao trabalhar a literatura sócio historicamente situada, o que indica a necessidade de continuidade de uma prática pedagógica reflexiva na busca por caminhos para uma maior integração curricular com outras disciplinas.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. L. M., ABAURRE, M. B. M., PONTANARA, M. **Português: Contexto, Interlocução e Sentido**. São Paulo: Moderna, 2008.

ALVES, A.R.B. **Multimodalidade no livro didático sob as perspectivas da análise do discurso e da retórica contemporânea**. 2016. 197 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5803>

ANPED. Nota da ANPED sobre a entrega da terceira versão da BNCC ao CNE. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Documents/bncc/nota_da_anped_sobre_a_entrega_da_terceira_versao_da_base_nacional_comum_curricular_abril_2017.pdf. Acesso em: 02 de jul. 2018.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Resolução/CD/ FNFE nº42, de 28 de agosto de 2012a. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3758>>. [acesso: 10 set. 2014]

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 4, DE 13 de julho de 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Documents/bncc/resol_federal_04_14%20DCN.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CÁSSIO, F. L. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Curricular Comum. Nexa, 02 dez. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Documents/bncc/participacao%20e%20participacionismo%20na%20construcao%20da%20base%20nacional%20comum%20curricular.pdf>> Acesso em 31 maio 2018.

ECO, H. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. Trad. De Attilio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 2008.

MOVIMENTO PELA BASE COMUM. Linha do tempo. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em 18 abr. 2018.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor leitor. In: MARINHO, Marildes (Org.). **Ler e navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2001, p. 31- 76.

SPINELLI JR., R.; CÁSSIO, F. L. **A BNCC segundo a consulta pública e a consulta pública na BNCC**. In: XI Encontro Nacional de Educação em Ciências, 2017, Florianópolis. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Documents/bncc/a%20bncc%20segundo%20a%20consulta%20pública%20e%20a%20consulta%20pública%20na%20bncc.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOBRE O ORGANIZADOR

IVAN VALE DE SOUSA Mestre em Letras pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Especialista em Gramática da Língua Portuguesa: reflexão e ensino pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela Universidade de Brasília. Professor de Língua Portuguesa em Parauapebas, Pará.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-228-9



9 788572 472289